FUNDAÇÃO LUSO

EM NOME DA ÁGUA

RELATÓRIO E CONTAS

2017

Sede: Rua Emídio Navarro, nº 156 - Luso

3050 224 LUSO

Capital Social 25 000 Euros

N.I.F 508 100 518

Relatório de Gestão - Exercício de 2017

1. Enquadramento

A atividade da Fundação Luso está integrada na Política de Responsabilidade Corporativa da Sociedade da Água de Luso, S.A. e da Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A..

A Fundação Luso é a primeira fundação em Portugal que associa as competências de uma Empresa aos interesses da região onde se encontram os recursos indispensáveis à sua actividade económica.

Tem como missão contribuir para o progresso do conhecimento e da informação relacionados com a água e a saúde humana, para a preservação do património hídrico e natural de Luso, bem como para o desenvolvimento sustentável da Comunidade desta região.

Áreas de Atuação

Focada no elemento Água, a estratégia de atuação da Fundação Luso assenta em três pilares:

Ambiente

– Proteção e valorização da origem da nascente da água mineral natural de Luso.

Saúde

– Promoção de estilos de vida saudáveis, estímulo à investigação e à partilha de conhecimentos sobre os benefícios da água para a saúde.

Comunidade

– Promoção do desenvolvimento económico da comunidade e a valorização do património natural e cultural da região de Luso.

2. Atividade

O ano de 2017 caracterizou-se por uma relevante e extensa lista de ações, sendo de destacar os seguintes acontecimentos nas três áreas de atuação da Fundação:

Área Ambiente

- Promoção de ações de voluntariado na Serra do Bussaco com os colaboradores da SAL, Quercus, e Stakeholders locais para a plantação de árvores autóctones e ações de retancha no perímetro florestal.
Foram plantadas e cuidadas 2.000 árvores autóctones entre as quais: castanheiro, carvalho-alvarinho, azereiro, pinheiro manso, loureiro e folhado.
O envolvimento das entidades anteriormente referidas permitiu o desenvolvimento de ações de valorização dos serviços dos ecossistemas na Serra do Bussaco, através da implementação de ações de florestação no perímetro de proteção do aquífero da Água de Luso. Estas iniciativas de apoio e conservação da natureza e da biodiversidade têm como objetivo contribuir para o futuro da preservação do património hídrico e natural de Luso, onde nasce a Água de Luso, bem como para o desenvolvimento sustentável da Região.

- A Fundação Luso promoveu a visita da Joana Schenker, campeã mundial de Bodyboard, à Mata do Bussaco, contribuindo desta forma para a divulgação de tão importante recurso natural.

Para assinalar esta visita, a Fundação Luso ofereceu à Fundação Mata do Bussaco uma centena de arvores GINGKOS BILOBA. Neste dia, simbolicamente, a Joana Schenker plantou uma árvore na Mata do Bussaco.
A plantação foi acompanhada pelo presidente da Fundação Mata do Bussaco, António Gravato, e pelo vice presidente da Câmara Municipal da Mealhada, Guilherme Duarte.

- No Dia Mundial da Água, 22 de março de 2017, a Fundação Luso realizou uma visita guiada aos alunos de escolas do 1º ciclo de Coimbra, falando da importância e dos benefícios para a saúde da ingestão diária de Água. Esta foi a mensagem da Fundação Luso partilhada com os mais novos, sensibilizando-os para a importância da Água no nosso organismo e para a nossa hidratação. No final da visita, foi distribuído a cada aluno um flyer alusivo à temática abordada.

- O Dia Mundial do Ambiente, 5 de junho de 2017, foi assinalado com uma visita temática dos colaboradores da Sociedade da Água de Luso, seus familiares e demais voluntários à Mata do Bussaco e a plantação de uma árvore – O Aderno. Esta visita foi orientada pelo Presidente da Fundação Mata do Bussaco, e incluiu também a atuação do coro "À Capella" no Convento de Santa Cruz, pelas 22 horas.

- No âmbito da 27ª edição da Expofacic e no dia que dedicaram ao Ambiente, a Sociedade da Água de Luso, S.A. e a Fundação Luso associaram-se a esta efeméride realizando uma visita guiada ao Trilho da Água da Mata do Bussaco, que contou com o apoio do Grande Hotel de Luso e a participação de várias entidades organizadoras, a Câmara Municipal de Cantanhede e a INOVA – empresa de desenvolvimento económico e social de Cantanhede.
Foram partilhadas várias experiências sobre a utilização eficiente da Água, enquanto recurso natural, tendo como objetivo comum, melhorar o Ambiente em que vivemos.

Área Saúde

- 7ª Edição do Prémio "Água é Vida" - Fundação Luso & Revista Saber Viver - Estima-se que 20% dos portugueses bebe água a contragosto e que o consumo diário está abaixo dos dois litros indicados pela Autoridade Europeia de Segurança Alimentar. A Água é um elemento Vital e a maioria dos portugueses não bebe água em quantidade suficiente.

Para mudar este cenário, a Fundação Luso criou em 2011 o Prémio "Água é Vida" em parceria com a Revista Saber Viver, com vista a desafiar todos os leitores a apresentar uma ideia que promova bons hábitos de hidratação. A apresentação das candidaturas decorreu no período de abril a 31 de agosto de 2017, sendo feitas através do preenchimento de formulário disponível no site da Revista Saber Viver. O prémio "Água é Vida" teve este ano 30 participações, de entre as quais se destacaram 6 candidaturas finalistas. Após a avaliação das 6 propostas finais, por um júri constituído pela Fundação Luso, pelo Marketing da Água de Luso, pela Revista Saber Viver e pela nutricionista Maria Paes Vasconcelos, foi deliberado atribuir o prémio no valor de € 2.000,00 a uma candidatura que se destacava pela sua originalidade e viabilidade.

Este ano o Prémio " Água é Vida " foi atribuído a Liliana Matias, de Alverca, que criou a H2GO, uma aplicação que incentiva o utilizador a atingir a sua meta diária de ingestão de água. Para cativar o uso contínuo da aplicação, esta contém desafios semanais e prémios, além de um espaço dedicado à informação sobre a necessidade de hidratação, com dicas aos utilizadores e a inclusão de publicidade de entidades relacionadas com a temática. Tudo isto integrado com as redes sociais mais utilizadas atualmente.

- Dia Mundial da Alimentação - a Fundação Luso comemorou o dia realizando uma conferência no Centro Escolar de Luso sobre a importância da Água numa Alimentação Saudável. Esta palestra foi proferida pela Nutricionista do Luso, Ana Guilherme, e

dirigida a todos os alunos, professores e comunidade escolar, bem como aos pais e encarregados de educação.

- Conferência Médica – cuidados de saúde primários no Casino. A Associação Aquacristalina com o apoio da Fundação Luso promoveu no Salão do Casino, uma conferência sobre cuidados de saúde primários, aberta a toda a Comunidade do Luso e região. O Cirurgião Vascular, Dr. Diogo Cabrita, foi o orador neste Evento. Após a conferência, houve um workshop no exterior das instalações do Casino para exercícios de Fitness.

- Publicação de artigos sobre a Água - na Revista Saber Viver. Foram publicados alguns artigos sobre a importância da Água na nossa alimentação e nos hábitos diários de cada um de nós.

Área Comunidade

- 9ª Edição do Prémio de Empreendedorismo 2017 - A Fundação Luso lançou, em 2009, o Prémio de Empreendedorismo, que tem como objetivo, premiar projetos empreendedores e inovadores, já implementados na freguesia do Luso, e potenciadores do desenvolvimento económico desta região.
Este projeto é subordinado às áreas de agricultura, comércio, indústria, serviços e turismo com um prémio no valor de € 5.000,00.
Os vencedores em 2017 foram: Marionfer Lda, que recebeu €2.000,00, a Fundação Mata do Bussaco €2.000,00 e a João Manuel de Jesus Ferreira com €1.000,00.

- Exposição Fotográfica no Casino de Luso de 13 de julho a 30 de setembro de 2017 em parceria com a Fundação Mata do Bussaco subordinada ao tema "O Bussaco nas 4 Estações do Ano – Fauna e Flora". As fotografias em exposição retratam e enaltecem o património único, natural e arquitetónico da Mata Nacional do Bussaco. Para além das fotografias tivemos também uma mostra da Fauna do Bussaco, cedida pelo Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, com alguns animais emblemáticos desta Mata.

Esta exposição reuniu as melhores fotografias de 120 fotógrafos amadores que, durante 12 meses, captaram as melhores imagens da Mata do Bussaco nas 4 Estações do Ano, de 20 de março de 2016 a 18 de março de 2017. Associada à Exposição foram eleitas as melhores fotografias.

Durante o periodo da exposição, o Casino do Luso recebeu mais de 49.000 visitantes e 25% destes eram de nacionalidade Estrangeira.

Após o encerramento da exposição no Casino do Luso, a Fundação Luso ofereceu-a à Fundação Mata do Bussaco. Posteriormente esta exposição esteve no Glícinias Plaza em Aveiro de outubro a 30 de novembro de 2017 e a partir de dezembro esteve no Casino Estoril.

- "Luso animação de Verão 2017" - A Fundação Luso, tal como aconteceu em anos anteriores, apoiou a realização dos eventos de animação cultural nos meses de verão da Vila de Luso 2017, promovidos pela Associação Aquacristalina, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Luso.

O programa teve inicio em 1 de julho e até finais de setembro. Visitas guiadas, sessões de cinema de literatura, bailes, oficinas, animação de rua e infantil, momentos desportivos, concertos, teatros e eventos temáticos foram as diversas atividades que constituíram no programa, nas quais todas foram gratuitas.

- Foram promovidas Visitas guiadas ao Núcleo Museológico no Casino e à Unidade de Engarrafamento da Água de Luso na Vacariça. As visitas guiadas totalizaram 61667 visitantes em 2017, com realce para Escolas do Ensino Básico e Secundário.

- A Fundação Luso associou-se ao Projeto Abrigo da CAIS, apoiando o Campeonato Nacional e Mundial de Futebol de Rua.

O Futebol de Rua comunga do espírito de convivialidade e é fator agregador e inclusivo, aliando a prática desportiva, a uma estratégia de intervenção social, no combate à pobreza e exclusão, intervindo junto dos mais jovens. O Futebol de Rua é também um instrumento para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos jovens desfavorecidos, que integram a Instituição.

- A Fundação Luso apoiou o Festival das Artes na sua 9ª edição, que decorreu de 15 a 23 de julho de 2017 na Quinta das Lágrimas em Coimbra. Este Festival é considerado como um dos momentos de excelência no panorama cultural português, pois reúne ciclos de Música, Gastronomia, Artes Plásticas, Conferências, Cinema e Teatro. Foi nas Artes do Palco o apoio da Fundação Luso, patrocinando uma peça de Teatro Infantil.

- A Fundação Luso ofereceu ao Hospital Pediátrico de Coimbra (HPC), no âmbito das comemorações dos seus 40 anos, a recuperação da escultura "A Maternidade" de Cabral Antunes e recriada por Vasco Berardo.
Inaugurada no Dia Mundial da Criança, a escultura patente no jardim do HPC, contou com o investimento da Fundação Luso. Simboliza a maternidade representada nesta obra por uma mulher com uma criança nos braços e outras em seu redor, fortalecendo a importância do vínculo mãe-filho.

- A Fundação Luso apoiou os alunos da Escola de Ballet do Hóquei Clube da Mealhada. Em 2017 (março, abril e maio) todos os ensaios e preparação de exames foram realizados no Casino, bem como os exames da Royal Academy of Dance de Londres.

- A Fundação Luso disponibilizou as instalações do Casino e espaços exteriores para eventos sociais e culturais de Natal, tendo atribuído apoio monetário para as decorações e iluminações de Natal na Vila de Luso.

- A Fundação Luso em parceria com a Universidade Sénior do Concelho da Mealhada promoveu Workshops no Casino do Luso. Esta Universidade é para toda a comunidade sénior do concelho da Mealhada, uma valorização cultural e social promovendo e estimulando o dinamismo e o envelhecimento ativo.

3. Rendimentos e Gastos do exercício

Para o desenvolvimento da sua atividade, a Fundação teve como principal fonte de rendimentos, os donativos efetuados pela SAL - Sociedade da Água de Luso, S.A. à Fundação Luso que, em 2017, representaram 35.000 euros.

A atividade da Fundação Luso em 2017, conforme o descrito acima, foi profícua e ampla. A Fundação não tem colaboradores afetos à sua atividade, e assim não apresenta valores na rubrica Gastos com Pessoal. Os principais Gastos prendem-se com as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Gastos – Donativos e Prémios atribuídos.

4. Perspetivas para 2018

O Plano de ação para 2018 da Fundação Luso consiste na realização de diversas iniciativas, de janeiro a dezembro, que pretendem responder à Missão da Fundação: contribuir para o progresso do conhecimento e da informação relacionados com a água e a saúde humana, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade desta região. A Fundação continuará focada no elemento Água, a sua estratégia de atuação assenta em três vertentes que orientam a sua ação, a saúde, ambiente e comunidade.

Neste enquadramento queremos destacar as principais ações para 2018:

-Realização de um protocolo plurianual com a Fundação Mata do Bussaco com o objetivo de implementar ações de requalificação, preservação e de divulgação do Património Natural da Mata do Bussaco.

- Em parceria com a Fundação Mata do Bussaco será realizada uma Exposição no Casino com peças de Arte Sacra do Convento de Santa Cruz do Bussaco.

- A 10 ª edição do Prémio de Empreendedorismo.

- A 8ª edição do Prémio " Água é Vida " – Saber Viver & Fundação Luso, concurso com lançamento previsto de maio a agosto 2018.

- Apoiar a 10ª edição do Festival das Artes em Coimbra que passou a fazer parte da plataforma EFFE, que é um projeto coordenado pela União Europeia através da European Festivals Association, passando assim o Festival das Artes a integrar o Guia EFFE.
- Apoiar a comunidade local (Junta de Freguesia de Luso, Instituições de Solidariedade Social, Associação AquaCristalina e Dias do Avesso).

5. Proposta de aplicação de Resultados

De acordo com a legislação em vigor, o Resultado Líquido do período, depois da estimativa para impostos, foi positivo em 7.989,50 Euros, e deve ter a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados.... 7.989,50 Euros.

Luso, 1 de março de 2018.

O Conselho de Administração

Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães
(Presidente)

João António de Almeida Frias Teixeira
João António de Almeida Frias Teixeira
(Vogal)

Júlio Manuel Rocha Cabral
Júlio Manuel da Rocha Cabral
(Vogal)

Fundação Luso

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Balanço

Fundação Luso

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2017	Datas 31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Propriedades de investimento	5	217 590,75	221 364,00
Subtotal		217 590,75	221 364,00
Ativo corrente			
Caixa e depósitos bancários	7.1	124 821,83	110 650,44
Subtotal		124 821,83	110 650,44
Total do Ativo		**342 412,58**	**332 014,44**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7.2	25 000,00	25 000,00
Resultados transitados	7.2	53 791,99	41 029,75
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	7.2	251 550,00	251 550,00
Resultado Líquido do período		7 989,50	12 762,24
Total do fundo do capital		338 331,49	330 341,99
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	7.3	77,49	-
Estado e outros Entes Públicos	7.4	1 543,60	1 672,45
Outras dívidas a pagar	7.5	2 460,00	-
Subtotal		4 081,09	1 672,45
Total do passivo		4 081,09	1 672,45
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**342 412,58**	**332 014,44**

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017.

Luso, 1 de março 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Sandra Mendes

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

José António de Almeida Reis Teixeira

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Subsídios, doações e legados à exploração	7.6	35 000,00	48 000,00
Fornecimentos e serviços externos	7.7	(22 717,39)	(9 580,72)
Outros rendimentos	7.8	11 760,00	15 271,34
Outros gastos	7.9	(10 736,26)	(35 482,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13 306,35	18 207,94
(Gastos)/reversões de depreciação e de amortização		(3 773,25)	(3 773,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 533,10	14 434,69
Resultados antes de impostos		9 533,10	14 434,69
Imposto sobre o rendimento do período	6	(1 543,60)	(1 672,45)
Resultado líquido do período		**7 989,50**	**12 762,24**

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por natureza do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Luso, 1 de março 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Sandra Mendes

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

João António de Almeida Frias Teixeira

José Manuel Rocha Cabral

Demonstração dos Resultados por Funções

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Atividade Predial	Atividade Estatutária	.....	PERÍODOS	
					2017	2016
Vendas e serviços prestados					-	
Custo das vendas e dos serviços prestados					-	
Resultado bruto					-	-
Outros rendimentos		11 760,00	35 000,00		46 760,00	63 271,34
Gastos de distribuição					-	
Gastos administrativos					-	
Gastos de investigação e desenvolvimento					-	
Outros gastos		(4 409,51)	(32 817,39)		(37 226,90)	(48 836,65)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 350,49	2 182,61		9 533,10	14 434,69
Gastos de financiamento (líquidos)					-	
Resultados antes de impostos		7 350,49	2 182,61		9 533,10	14 434,69
Imposto sobre o rendimento do período		(1 543,60)			(1 543,60)	(1 672,45)
Resultado líquido do período		**5 806,89**	**2 182,61**		**7 989,50**	**12 762,24**

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por funções do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Luso, 1 de março 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	25 000,00	28 205,28	251 550,00	12 824,47	317 579,75	317 579,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
	2	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				12 762,24	12 762,24	12 762,24
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3		-		12 762,24	12 762,24	12 762,24
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Aplicação de resultados			12 824,47		(12 824,47)		
	5	-	12 824,47	-	(12 824,47)	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+5	**25 000,00**	**41 029,75**	**251 550,00**	**12 762,24**	**330 341,99**	**330 341,99**

Luso, 1 de março 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

José António de Almeida Reis Teixeira

JULIO MANUEL ROCHA CABRAL

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6		25 000,00	41 029,75	251 550,00	12 762,24	330 341,99	330 341,99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
	7		-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					7 989,50	7 989,50	7 989,50
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					7 989,50	7 989,50	7 989,50
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados				12 762,24		(12 762,24)		-
	10		-	12 762,24	-	(12 762,24)	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	11= 6+10		**25 000,00**	**53 791,99**	**251 550,00**	**7 989,50**	**338 331,49**	**338 331,49**

Luso, 1 de março 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		46 760,00	59 760,00
Pagamentos de apoios		(10 100,00)	(35 210,00)
Pagamento a fornecedores		(17 723,31)	(8 425,50)
Caixa gerada pelas operações		18 936,69	16 124,50
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 672,45)	(423,54)
Outros recebimentos/pagamentos		(3 092,85)	1 833,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		14 171,39	17 534,39
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		14 171,39	17 534,39
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.1	110 650,44	93 116,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.1	**124 821,83**	**110 650,44**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Luso, 1 de março 2018

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Sandra Mendes

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

José António de Almeida Faias Teixeira

João Manuel Rocha Cabral

Anexo

1. Identificação da Entidade

A "Fundação Luso" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação ", com sede na Rua Emídio Navarro, nº 156 – Luso, e tem por fim contribuir para o progresso do conhecimento e da informação relacionados com a água e a saúde humana, para a preservação do património hídrico e natural do Luso, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade desta região. A atividade da Fundação Luso deve ser orientada para o benefício de todos os portugueses e especialmente das gerações futuras.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais".

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, e republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Fundação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) :

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e que existe, a Fundação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outros Créditos a receber", "Outras Contas a pagar" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Fundação, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.
Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.2 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros créditos a Receber

Os *"Clientes"* e os *"Outros créditos a receber"* encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As *"Perdas por Imparidade"* são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Fundação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.
Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras dívidas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este incluí as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Propriedades de investimento

5.1- Divulgação sobre as propriedades de investimento:

a) As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e têm os seguintes movimentos:

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	62 887,50	-	-	-	-	**62 887,50**
Edifícios e outras construções	188 662,50	-	-	-	-	**188 662,50**
Total	**251 550,00**	-	-	-	-	**251 550,00**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	30 186,00	3 773,25	-	-	-	**33 959,25**
Total	**30 186,00**	**3 773,25**	-	-	-	**33 959,25**

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	62 887,50	-	-	-	-	**62 887,50**
Edifícios e outras construções	188 662,50	-	-	-	-	**188 662,50**
Total	**251 550,00**	-	-	-	-	**251 550,00**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	26 412,75	3 773,25	-	-	-	**30 186,00**
Total	**26 412,75**	**3 773,25**	-	-	-	**30 186,00**

a) Para a depreciação dos ativos foi usado o método das quotas constantes.
b) A vida útil da Casa Morais foi definida tendo em conta a utilidade deste ativo para a Fundação (50 anos).
c) As rendas provenientes das propriedades de investimento totalizaram 11 760€ (Nota 7.8).
d) O valor patrimonial Tributário (VPT) determinado em 2013 é de 90 894€.

6. Impostos sobre o rendimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o imposto corrente contabilizado, no montante de 1.543,60€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Imposto sobre o Rendimento

Descrição	2017	2016
IRC a Liquidar (Nota 7.4)	1.543,60	1.672,45
Tributação Autónoma	-	-
Total	**1.543,60**	**1.672,45**

7. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

7.1.Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", em 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Depósitos à ordem	124 821,83	110 650,44
Total	**124 821,83**	**110 650,44**

7.2. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	25 000,00	-	-	**25 000,00**
Resultados transitados	41 029,75	12 762,24	-	**53 791,99**
Outras variações nos fundos patrimoniais	251 550,00	-	-	**251 550,00**
Total	**317 579,75**	**12 762,24**	**-**	**330 341,99**

7.3. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Fornecedores" tem o seguinte detalhe:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	77,49	-
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	**77,49**	-

7.4. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de *"Estado e outros Entes Públicos"* está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC) - Nota 6	1 543,60	1 672,45
Total	**1 543,60**	**1 672,45**

7.5. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica *"Outras Dividas a pagar"* desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	2 460,00	-	-
	-	-	-	-
Total	-	**2 460,00**	-	-

7.6. Subsídios, doações e legados à exploração

A Fundação reconheceu, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Doações	35 000,00	48 000,00
Total	**35 000,00**	**48 000,00**

O valor referente a doações que corresponde a uma verba de 35.000,00€ referente ao donativo da Sociedade da Água de Luso, S.A..

7.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos *"Fornecimentos e serviços externos"* nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	18 679,76	8 920,45
Materiais	2 236,65	-
Deslocações, estadas e transportes	992,16	-
Serviços diversos	808,82	660,27
Total	**22 717,39**	**9 580,72**

7.8. Outros rendimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro e 2017 e 2016, a rubrica de *"Outros rendimentos"* encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	11 760,00	12 010,00
Outros rendimentos	-	3 261,34
Total	**11 760,00**	**15 271,34**

Nos períodos findos 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "rendimentos suplementares" corresponde as rendas obtidas com o arrendamento da Casa Morais (Nota 5).

7.9. Outros gastos

A rubrica *"Outros gastos "* encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	636.26	272.68
Outros Gastos	10,100.00	35,210.00
Total	**10,736.26**	**35,482.68**

Para o período de 2017, os "Outros gastos " foram os seguintes:

Donativos	2017
Fundação Portuguesa de Cardiologia	500,00
Associação Académica de Coimbra	250,00
Sociedade Portuguesa de Geotecnia	350,00
Maratona Clube de Portugal	1 000,00
Fundação Inês de Castro	500,00
Aquacristalina	500,00
Total	**3 100,00**

Prémio Empreendorismo	2017
Marionfer, lda	2 000,00
João Manuel de Jesus Ferreira	1 000,00
Fundaçao Mata do Bucaço	2 000,00
Total	**5 000,00**

Prémio Saber Viver	2017
Liliana Patricia Neves Matias	2 000,00
Total	**2 000,00**

7.10. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

8. Outras informações

8.1- Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social em 31 de dezembro de 2017.

8.2- O fundo patrimonial da Fundação é constituído por 25.000 euros de Capital e 251.550 euros de Doação em espécie (Prédio Urbano).

8.3- Não existiram remunerações atribuídas a quaisquer membros dos órgãos sociais ou outros.

Luso, 01 de março de 2018

A Contabilista Certificada

Sandra Mendes

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
Fundação Luso

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Fundação Luso ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017, que evidenciam um total de ativo de 342.413 Euros e fundos patrimoniais de 338.331 Euros, incluindo um resultado líquido do período findo naquela data de 7.990 Euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa,21 de maio de 2018

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Paulo José Marques Amaral Azevedo Pinto